

O patrimônio territorial como referência para o desenvolvimento sustentável: a cesta de bens e serviços e uma festa típica na periferia do Rio de Janeiro

Territorial heritage as a framework for sustainable development: the basket of goods and services and a traditional festival on the outskirts of Rio de Janeiro

Maíra SOUZA^{1*}, Mauro BARROS¹, Wladimir MOTTA¹, José André MELLO¹

Artigo recebido em
16 de março de 2025

Versão final aceita em
23 de setembro de 2025

Publicado em
13 de maio de 2026

1 Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

* E-mail de contato:
maira.epto@gmail.com

Resumo: A pesquisa mobiliza o estudo do patrimônio territorial como referência para identificar oportunidades de um desenvolvimento sustentável em regiões periféricas, percebendo recursos territoriais capazes de ofertar produtos e serviços de qualidade. Este é o caso de Jaceruba, um bairro localizado no município de Nova Iguaçu, região periférica do Rio de Janeiro. O território, com a predominância da agricultura familiar, se encontra em vulnerabilidade social, apresentando como uma de suas dinâmicas territoriais a Festa da Banana de Jaceruba, que visa alcançar melhores condições de vida e trabalho para seus habitantes. Neste estudo, foram identificadas as potencialidades do território por meio de entrevistas semiestruturadas com 15 atores locais, em que se utilizou como embasamento teórico as concepções da abordagem do patrimônio territorial e da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Os resultados demonstraram que Jaceruba possui produção de aipim como recurso específico e produto líder, reconhecido e fortemente vinculado ao território, trazendo indícios de uma possível obtenção da indicação geográfica do aipim. A localidade possui características e recursos singulares como agroecologia, fertilidade do solo incomum, isolamento, acolhimento da comunidade, diversidade agrícola e um passado particular ligado ao Brasil Império. Tais atributos, juntamente com a APA Jaceruba e a Reserva Biológica do Tinguá, trazem oportunidades para se criar uma oferta diversificada de produtos e serviços específicos revelados neste estudo, os quais se destacam os subprodutos orgânicos e o turismo de base comunitária. Por fim, constatou-se que a festa típica tem aproximado o poder público da comunidade, contribuindo para a construção de uma governança territorial cada vez mais articulada na proposição de ações de desenvolvimento local.

Palavras-chave: agricultura familiar; festas; cesta de bens e serviços territoriais; patrimônio territorial; signos distintivos territoriais.

Abstract: This research employs territorial heritage as a framework to identify opportunities for sustainable development in peripheral regions by recognizing territorial resources capable of providing quality products and services. This is the case of Jaceruba, a neighborhood located in the municipality of Nova Iguaçu, a peripheral region of Rio de Janeiro. The territory, characterized predominantly by family farming, faces social vulnerability, with one of its territorial dynamics being the Jaceruba Banana Festival, which aims to achieve better living and working conditions for its residents. In this study, the territory's potential was identified through semi-structured interviews with 15 local stakeholders, drawing on the theoretical foundations of the territorial heritage approach and the Basket of Territorial Goods and Services (BTGS) framework. The results demonstrated that Jaceruba has cassava production as a specific resource and flagship product, recognized and strongly linked to the territory, suggesting the potential for obtaining a geographical indication for cassava. The town possesses unique characteristics and resources,

including agroecology, exceptional soil fertility, geographic isolation, community hospitality, agricultural diversity, and a distinctive history linked to Imperial Brazil. These attributes, together with the Jaceruba Environmental Protection Area and the Tinguá Biological Reserve, create opportunities for developing a diversified offering of specific products and services identified in this study, particularly organic by-products and community-based tourism. Finally, it was found that the traditional festival has brought public authorities closer to the community, contributing to the development of increasingly coordinated territorial governance in proposing local development initiatives.

Keywords: family farming; festivals; basket of territorial goods and services; territorial heritage; distinctive territorial symbols.

1. Introdução

Nova Iguaçu é um município localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, densamente povoado. Ele apresenta todos os problemas típicos de uma região periférica como o crescimento desordenado, violência urbana e ineficiência em serviços públicos (Menezes & Mello, 2022; Menezes et al., 2024). A cidade possui apenas 15,21 % de sua população ocupada com renda mensal dos trabalhadores formais em torno de 2 salários mínimos e, com apenas 23,63% de sua área urbanizada, a região é composta por extensas áreas verdes, repositórios de biodiversidade inseridos em um bioma de Mata Atlântica (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2022).

Esse é o caso de Jaceruba, região analisada no presente estudo, um bairro que fica cerca de 40 km do centro da cidade de Nova Iguaçu, composto pela Área de Proteção Ambiental de Jaceruba e pela Reserva Biológica do Tinguá, em que predomina a produção agrícola e famílias inseridas no contexto da agricultura familiar. À margem da exclusão social, a região tem promovido festas (Santos et al., 2025), como a Festa da Banana de Jaceruba, motivadas pelo reconhecimento e luta pelo espaço, tanto pela melhoria da infraestrutura quanto por melhores condições de vida econômica de seus habitantes, tornando a festa uma representação simbólico-cultural das conquistas de moradores locais (Angelo, 2015; Silva & Angelo, 2016; Angelo & Fogaça, 2020). A localidade é um exemplo dos diversos problemas sociais e ambientais ocasionados pelos modelos produtivistas padronizados que acabaram por excluir ou simplificar os territórios, desconsiderando a geração de sinergias com os fatores territoriais – recursos específicos e seu tecido social (Favareto, 2023).

Nesse tocante, perspectivas de desenvolvimento fundamentadas nas (re) conexões com os territórios vem emergindo na literatura (Pecqueur, 2001; Santos, 2002; Chelotti, 2010). São estudos recentes que têm abordado o patrimônio territorial, considerando-o como um conjunto de componentes materiais e imateriais acumulados ao longo dos anos, juntamente com a participação de seus atores sociais, como a sociedade civil, suas organizações representativas, os setores público e privado, e o campo científico (Dallabrida, 2020; Ayelén Sudden, 2022). A esses componentes se somam as diversas dimensões físicas e subjetivas, que, ao longo do tempo, podem ser valorizadas

socialmente por meio de articulações (Carniello et al., 2022; Mueller et al., 2022; Gumiero et al., 2022; Denardin et al., 2022; Büttnebender et al., 2022; Rotta et al., 2022).

Diversas têm sido as proposições com intuito de identificar oportunidades de um desenvolvimento sustentável através da ativação dos recursos presentes em territórios como é o caso do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) (Pecqueur; 2001; Cazella et al., 2020). Para isso, tem-se adotado como estratégias, especialmente em regiões com a presença da agricultura familiar, a inovação nas produções (Souza et al., 2022) e o turismo (Souza & Farias, 2023; Souza et al., 2023). A intenção é que produtos e serviços ofertados tenham uma notoriedade e especificidade vinculadas aos seus territórios, proporcionando signos distintivos através de uma marca territorial (Dallabrida, 2023; Castellanos et al., 2024).

Muitos ainda são os territórios inseridos nessa perspectiva que precisam ser diagnosticados para oportunizar a proposição de políticas públicas, programas ou ações na promoção de um desenvolvimento territorial. Dallabrida et al. (2023) propõem o estudo do patrimônio territorial, sistematizando-o nas dimensões social, natural, produtiva, humana-intelectual e institucional. Pecqueur (2001) deu luz ao enfoque teórico-metodológico da CBST com o objetivo de identificar recursos territoriais específicos para, através de sua valorização, promover uma oferta diversificada de bens e serviços territoriais de qualidade.

Este estudo tem como objetivo utilizar como referência a abordagem do patrimônio territorial proposta por Dallabrida et al. (2023) e o enfoque CBST (Pecqueur, 2001) para identificar oportunidades de um desenvolvimento sustentável para a região de Jaceruba através da percepção de atores locais. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, em que foi realizada uma pesquisa de campo, contando com o método de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com agentes associativos, públicos e privados. A revisão da literatura abordou a concepção de desenvolvimento sustentável, o patrimônio territorial e suas dimensões, a metodologia da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, assim como a contextualização de signos distintivos.

Ressalta-se que iniciativas como essa são fundamentais neste momento de transição para abordagens em concordância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Agenda 2030 (Berdegú & Favareto, 2019). Assim, este estudo está alinhado ao objetivo 2: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”; à meta 8.9 do objetivo 8: “Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais”; e ao objetivo 11: “Cidades e comunidades sustentáveis” (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015).

Em suma, o estudo foi estruturado com uma introdução e uma revisão da literatura, as quais abordam os conceitos de desenvolvimento sustentável, patrimônio territorial, cesta de bens e serviços territoriais e signos distintivos.

Após, foi descrito o percurso metodológico adotado com caráter qualitativo e os resultados alcançados através da percepção de atores locais. Por fim, foram expostas as considerações finais.

2. Revisão de literatura

2.1. Desenvolvimento sustentável

Ao longo de sua história, o capitalismo se desenvolveu orientado por uma lógica centrada na acumulação de produtos e no uso indiscriminado dos recursos naturais, estabelecendo-se de forma desproporcional nas regiões do mundo e intensificando a desigualdade social. A partir de 1950, surgem as primeiras crises socioeconômicas e de ordem ambiental. Nesse momento, emerge a consciência socioambiental e têm início os debates sobre o tema em nível global. Um marco importante nesse processo foi a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972. Ela foi responsável por introduzir as primeiras discussões sobre a necessidade de incluir na avaliação dos processos de crescimento econômico a variável ambiental, considerando os impactos da ação humana sobre o meio ambiente (Meadows et al., 1972).

Com o amadurecimento desses debates, surge o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) por meio do Relatório de Brundtland denominado “*Nosso Futuro Comum*”, apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987). Nesse documento, questões ambientais, sociais e econômicas são interligadas e o DS é definido como aquele capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMDA], 1991).

Resultado da trajetória de conscientização sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável, estabeleceram-se agendas de cooperação global voltadas ao enfrentamento de desafios de ordem social, ambiental e econômica, como é o caso da atual Agenda 2030 estabelecida pela ONU. Com o título de “*Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, ela estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrando-se em 169 metas e 232 indicadores. Os ODS abrangem temas como pobreza, fome, saúde, educação, aquecimento global, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, urbanização, ambiente e justiça social. Cabe ressaltar que um dos objetivos principais é a erradicação da pobreza, sustentada por uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

2.2. A abordagem do patrimônio territorial e suas dimensões

Nas últimas décadas, têm emergido na literatura concepções que defendem o “retorno ao território” (Santos, 2002). Essa perspectiva converge com estudos que consideram as regiões rurais, anteriormente desfavorecidas devido à sua

exclusão dos modelos produtivistas agrícolas, como um rico repositório de recursos específicos, como paisagens naturais, saberes tradicionais e diversidade agrícola, que permaneceram intocados. Tais aspectos trazem possibilidades para um desenvolvimento territorial sustentável por meio de sua valorização através de uma mobilização coletiva de atores locais, em que se destaca a cultura da agricultura familiar (Denardin et al., 2022; Favareto, 2023).

Nesse sentido, Dallabrida et al. (2023) salientam a importância de se considerar, nas análises de abordagens territoriais, as dimensões que contemplam o patrimônio territorial: produtivo, natural, cultural, humano-intelectual, social e institucional. Para cada uma dessas dimensões, foi publicado um estudo que apresenta indicativos metodológicos com a finalidade de realizar o diagnóstico desses componentes na abordagem territorial. Esses artigos são contribuições aos projetos de pesquisa “O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões” (CNPq) e “O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico” (PPGDTS-UFPR) (Denardin et al., 2022).

Primeiramente, deve-se entender o que abrange o patrimônio territorial: “[...] conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental”. (Dallabrida, 2020, p. 12). Em sua dimensão produtiva no território, são contempladas variáveis relacionadas aos recursos financeiros da localidade, às atividades comerciais e serviços, aos equipamentos e infraestrutura e às organizações produtivas. No caso das regiões com predominância do sistema agrário, observa-se que a ativação de seus recursos territoriais pode ocorrer por meio de inovações sociais, agroecologia e a capacidade de agregar valor às produções, proporcionando maior qualidade e especificidade (Büttenbender et al., 2022).

Outro aspecto importante a ser estudado é o cenário em que está inserida a região de estudo, ou seja, sua dimensão natural. A pesquisa de Denardin et al. (2022) aponta a importância do estudo da geodiversidade dos territórios, bem como o reconhecimento de seu percurso histórico e patrimônio arquitetônico. Esses componentes, além de trazerem oportunidades de oferta de produtos específicos, possuem valor educacional e oferecem possibilidades para agregar o serviço de turismo nos territórios. Os autores apontam a aplicação do enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais como estratégia de orientação nesse processo de valorização dos recursos territoriais.

Dando continuidade à exposição dos componentes do patrimônio territorial, o saber-fazer é um recurso imaterial ligado ao território, manifestando-se em práticas ancestrais, culturais, pratos típicos, entre outros. Pode também originar-se de conhecimentos introduzidos pela presença de universidades ou outras organizações que transmitem novos saberes às comunidades (Mueller et al., 2022). Tais saberes compreendem a dimensão humano-intelectual.

O tecido social dos territórios é um repositório de práticas que constituem uma identidade local, frequentemente manifestadas em festas populares que buscam trazer melhorias para a comunidade ou representar tradições ancestrais, representando a dimensão cultural (Carniello et al., 2022). Essas movimentações fortalecem a articulação de atores sociais, criando uma rede de interações. Esses atores são representados pela sociedade civil, organizada em associações e cooperativas, formando a dimensão social dos territórios, com o objetivo de conquistar melhorias para a comunidade e benefícios para suas produções, configurando a dimensão social da região (Rotta et al., 2022). As institucionalidades públicas e privadas se enquadram na dimensão institucional, propondo políticas, programas ou ações para o desenvolvimento regional (Gumiero et al., 2022).

2.3. Cesta de bens e serviços territoriais

Denardin et al. (2022, p. 61), em seu estudo sobre a dimensão natural na abordagem territorial, indicam “a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) como enfoque teórico-metodológico de orientação no processo de valorização de recursos e ativos territoriais que aportam desenvolvimento”. Na CBST, os ativos referem-se a recursos em processo de valorização no território, enquanto os recursos correspondem a fatores ainda não explorados (Cazella et al., 2020). Os recursos territoriais podem ser classificados em materiais, como jazidas minerais, florestas, solos, rios, entre outros, e imateriais, como o saber-fazer de um agricultor ou artesão, ligados à sua história e à cultura local. Os recursos e ativos ainda são classificados em específicos ou genéricos. Os elementos exclusivos do território com qualidade diferenciada, impossíveis de serem reproduzidos em outra região, são chamados de específicos, enquanto os produtos e serviços genéricos se somam à CBST, beneficiando-se da reputação de sua diferenciação (Mollard & Pecqueur, 2007).

Concebida por Pecqueur (2001), a metodologia da CBST visa inventariar os recursos específicos de um território em prol da criação de uma oferta variada de bens e serviços diferenciada e de qualidade que priorizem, dentre outros quesitos, o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural. Entre os princípios do enfoque, está o de que o desenvolvimento pode ser promovido pela articulação de pequenas iniciativas em sinergia, podendo essa articulação ser conduzida, ou não, por um produto ou serviço líder (Campagne & Pecqueur, 2014).

O referencial pauta-se na premissa de que a notoriedade e o reconhecimento de produtos e serviços diferenciais criam um imaginário social de qualidade positiva que são transmitidos para outros produtos e serviços no território. Para gerar tal especificidade em uma região, devem ser adotadas as seguintes questões norteadoras:

- i) como fazer o que os demais territórios não sabem ou não podem fazer?
- ii) como fazer diferente e melhor do que é feito nesses territórios? (Pecqueur, 2005).

A abordagem da CBST possui três componentes principais: os produtos e serviços de qualidade, o cenário em que está inserido (paisagem, atributos naturais, arquitetura, história e cultura) e a governança territorial. No processo de valorização dos recursos específicos territoriais é fundamental a articulação dos seus atores sociais, transformando-os em ativos. Essa rede de atores é composta por agentes associativos, públicos e privados e constituem uma governança territorial que é elemento-chave na promoção de uma CBST (Cazella et al., 2020). No tocante à valorização de recursos, Campagne e Pecqueur (2014) mencionam que a construção de uma imagem específica tem início com a priorização dos mercados locais, nos quais os consumidores reconhecem mais facilmente as qualidades inerentes à oferta.

2.4. Signos distintivos territoriais

Durante os últimos anos, as abordagens territoriais têm buscado a transição de uma sociedade de objetos e mercadorias para uma sociedade de signos, na qual se valida as especificidades e a identidade de um dado território, possibilitando a distinção de regiões (Dallabrida, 2023). Diversos são os territórios, inclusive os mais interioranos, com histórias individuais que podem ser enriquecidas por meio de iniciativas de atores locais bem articulados entre si, gerando ações inovadoras que construam uma identidade local, aumentando sua atratividade (Covas et al., 2019).

Quando se trata de agricultura familiar, iniciativas que diferem das práticas mais comuns podem ser consideradas inovações, visto que suas produções têm origem de recursos específicos do território (Denardin et al., 2022). Essas dinâmicas territoriais requerem uma inovação criativa na identificação dos recursos territoriais e nos métodos pelos quais serão ativados, possibilitando, assim, a criação de uma oferta heterogênea de bens e serviços territoriais. Ao falar sobre a identificação de recursos específicos em um dado território, a intenção é promover bens e serviços diferenciados e vinculados ao território (Cazella et al., 2020).

Nesse contexto, destaca-se a importância de criar signos distintivos para as regiões, ou seja, sinais usados no mercado para identificar e diferenciar produtos, serviços, empresas, estabelecimentos, regiões ou localidades. Esses signos distintivos podem ser estabelecidos especificamente para territórios como marcas, indicações geográficas (IG) e nomes de domínio. No caso do Brasil, uma IG configura um signo distintivo estabelecido pelo reconhecimento de um produto ou serviço de uma região geográfica. Segundo Covas et al. (2019, p. 4), o signo distintivo “representa a cultura, tradição, ou o terroir, de um território, distinguível dos demais”. Contudo, o grande desafio dos territórios se encontra em obter sua distintividade e reconhecimento de suas atividades, pois, para isso, é necessário o envolvimento do coletivo no processo de produção e beneficiamento de um produto específico (Dallabrida, 2023; Castellanos et al., 2024).

3. Metodologia

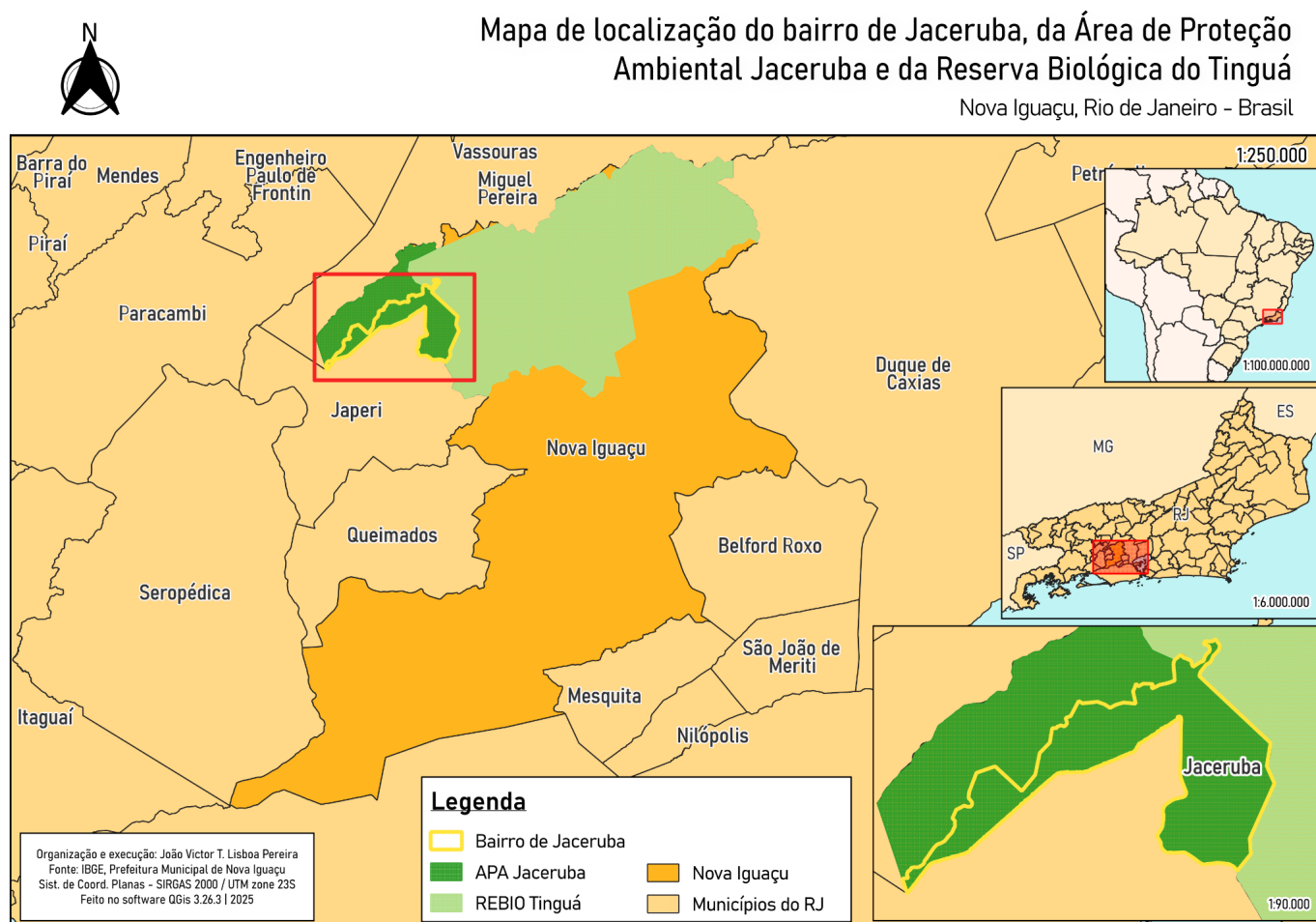
A pesquisa foi realizada no município de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, situado na região metropolitana do Rio de Janeiro. A cidade, emancipada em 1833, tem uma população de 785.867 habitantes e uma área territorial de 520,584 km² (IBGE, 2022). Em uma de suas extremidades está localizado o bairro de Jaceruba (Figura 1), limítrofe aos municípios de Japeri e Miguel Pereira.

Rica em biodiversidade, Jaceruba possui uma Área de Proteção Ambiental, a APA Jaceruba, inserida no bioma da Mata Atlântica, onde parte de seu território pertence à Reserva Biológica do Tinguá (Rebio Tinguá). O bairro é predominantemente rural, inserido no contexto da agricultura familiar, e está situado a cerca de 40 km do centro da cidade, com difícil acesso devido às condições da estrada. Às margens da exclusão social, a comunidade de aproximadamente 4.000 habitantes realiza a “Festa da Banana de Jaceruba” desde 2007, com o intuito de atrair incentivos públicos voltados à melhoria das condições de vida e da produção local (Angelo, 2015; Silva & Angelo, 2016; Angelo & Fogaça, 2020).

Os aspectos supracitados revelam que a região rural manteve-se intocada por modelos produtivos. Tal condição possibilita a existência de um cenário rico pela presença de recursos específicos, saberes tradicionais e diversidade

Figura 1

Mapa de localização do bairro de Jaceruba, da Área de Proteção Ambiental Jaceruba e da Reserva Biológica do Tinguá.



agrícola (Denardin et al., 2022). A dinâmica territorial existente na promoção de sua festa típica evidencia a sinergia dos atores territoriais, indicando a presença de aspectos culturais (Carniello et al., 2022) e uma organização da sociedade civil (Rotta et al., 2022) passível de serem potencializados. Considerando ainda as dificuldades socioeconômicas enfrentadas na localidade, o cenário mostra-se propício à aplicação da abordagem territorial proposta por Dallabrida et al. (2023) para o diagnóstico de oportunidades de um desenvolvimento sustentável.

Com esse propósito, adotou-se uma pesquisa exploratória e descritiva com natureza qualitativa, buscando colher dados e compreendê-los através de percepções (Minayo, 2012) de atores envolvidos com a região de estudo. Foram utilizados os métodos da revisão bibliográfica, pesquisa de campo e semiestruturadas, guiadas pelo roteiro apresentado como material suplementar.

A revisão da literatura objetivou dar luz ao arcabouço teórico utilizado para atingir os resultados. Assim, a seção abordou sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, a abordagem do patrimônio territorial e suas dimensões, a Cesta de Bens e Serviços Territoriais e os signos distintivos territoriais. Para a identificação dos trabalhos utilizados, foram aplicadas palavras-chave nas bases de dados *Scopus* e *SciELO*: “abordagem territorial”, “approach territorial”, “cesta de bens e serviços territoriais”, “basket of territorial goods and services”, “signos distintivos territoriais” e “territorial distinctive signs”. De forma secundária, foram coletadas informações em artigos de congressos, *sites*, manuais técnicos e relatórios de gestão disponibilizados pelos sujeitos entrevistados na pesquisa a fim de complementar as informações sobre a região analisada.

A pesquisa de campo no bairro de Jaceruba foi realizada com o apoio da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu em dois momentos. O primeiro ocorreu em 20 de abril de 2024, com visitas a propriedades rurais, empreendimentos locais, pontos históricos e cachoeiras da região. No segundo momento, em 26 de junho de 2024, ocorreu a visita à Reserva Biológica do Tinguá, área de acesso restrito sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), onde se localizam os reservatórios e pontos de captação de água em Jaceruba, além de apresentar monumentos históricos.

Como técnica de coleta de dados para a pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, uma vez que permitem a flexibilização e mudanças em seu roteiro de perguntas, a fim de construir um trabalho rico em detalhes (Guazi, 2021). O guia de entrevistas foi elaborado com o objetivo de identificar oportunidades socioeconômicas ambientalmente sustentáveis através da percepção de atores locais. Para isso, foi utilizado como referência a abordagem territorial proposta por Dallabrida et al. (2023), que sistematiza o patrimônio territorial em seis dimensões: produtiva, natural, cultural, humano-intelectual, social e institucional. Cabe ressaltar que, para cada uma dessas dimensões, há um artigo publicado, fruto de projetos de pesquisa, que apresenta indicativos

metodológicos para sua análise. A metodologia da Cesta de Bens e Serviços Territoriais também foi aderida à pesquisa, conforme sugere o estudo da dimensão natural elaborado por Denardin et al. (2022). Por fim, acrescentou-se o conceito de signos distintivos territoriais.

A Tabela 1 apresenta o arcabouço teórico utilizado como base para elaboração das perguntas do roteiro de entrevistas. Adicionalmente, foram coletadas informações sobre os entrevistados – nome, idade, trajetória de vida e profissional e envolvimento com a região de estudo. O roteiro de entrevistas contou com 12 perguntas, cujas respostas foram transcritas e submetidas à análise qualitativa. Para o tratamento dos dados, adotou-se o método de análise de conteúdo, empregado na sistematização de informações qualitativas e na produção de interpretações científicas (Bardin, 1977).

Em relação às entrevistas, adotou-se a técnica de amostragem bola de neve (Vinuto, 2014), em que os atores, durante as entrevistas, puderam indicar novos entrevistados, obtendo-se, assim, atores elementares no território – agentes associativos, públicos e privados. É oportuno informar que, ao longo da apresentação dos resultados, foram destacadas percepções consideradas valiosas para o estudo, cujos trechos das falas foram grifados em *itálico*. Assim, foram contabilizados 15 entrevistados, identificados como Ator(A) através de algarismos indo-arábicos para preservar suas identidades. Os perfis dos indivíduos foram revelados e enumerados a seguir:

A1, moradora de Jaceruba e uma das fundadoras da Festa de Banana de Jaceruba;

A2, morador de Jaceruba e proprietário de um empreendimento local;

A3, agricultor em Jaceruba, professor, pesquisador e agrônomo;

A4, agricultor em Jaceruba;

A5, moradora nas proximidades de Jaceruba e atuou como agrônoma no local;

A6, moradora nas proximidades de Jaceruba e professora;

A7, gestor público vinculado ao Meio Ambiente e gestor ambiental;

Tabela 1 Arcabouço teórico do roteiro de entrevistas.

Patrimônio Territorial	Dimensão natural	Denardin et al. (2022)
	Dimensão produtiva	Buttenbender et al. (2022)
	Dimensão cultural	Carniello et al. (2022)
	Dimensão humano- intelectual	Mueller et al. (2022)
	Dimensão social	Rotta et al. (2022)
	Dimensão institucional	Gumiero et al. (2022)
Cesta de Bens e Serviços Territoriais	Bens e serviços de qualidade	Pecqueur (2001)
	Cenário	Cazella et al. (2020)
	Governança territorial	
Signos Distintivos Territoriais	Especificidades do território	Dallabrida (2023)
	Notoriedade das produções	

- A8, gestor público vinculado ao Meio Ambiente e pesquisador;
A9, gestor público vinculado à Cultura e historiador;
A10, professora e gestora de projetos na Baixada Fluminense vinculados à universidade;
A11, gestora pública vinculada à cultura e professora em Jaceruba;
A12, professora e gestora de projetos na Baixada Fluminense vinculados à universidade;
A13, gestor público vinculado ao Meio Ambiente e protagonista da prática do ciclismo na Baixada Fluminense;
A14, gestora pública vinculada ao Turismo;
A15, produtora de leite e queijos em Jaceruba.

4. O patrimônio territorial de Jaceruba e suas possibilidades para um desenvolvimento sustentável

Os resultados do estudo foram organizados de modo a apresentar os principais aspectos identificados no patrimônio territorial de Jaceruba, sistematizando-os em suas dimensões natural, produtiva, humano-intelectual, cultural, social e institucional. Nesse percurso, aplicou-se o enfoque da CBST para analisar como seus componentes se manifestam em cada uma dessas dimensões, evidenciando possibilidades para a promoção de um desenvolvimento sustentável. Ademais, verificou-se a potencialidade de constituição de um signo distintivo no território.

Nova Iguaçu, em virtude das produções de café e cana de açúcar, apresentava diversos engenhos e fazendas, inclusive em Jaceruba. Na época, foram construídas a Estrada Real do Comércio e da Polícia. Sua principal finalidade era escoar essas produções da antiga Vila Iguassú para Minas Gerais, infraestruturas que segundo um ator foram [...] *fundamentais para o desenvolvimento do Império Brasileiro e a consolidação do Brasil como nação livre e soberana* (A9).

Mais tarde, no final do século XIX, os mananciais da Serra do Tinguá foram responsáveis pelo abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil àquela época. Para isso, foi construída a estrada de ferro Rio D'ouro em 1875, uma ferrovia que ligava a região até as proximidades do Caju com o objetivo de transportar matérias-primas e mão de obra para as construções das captações de água em Rio D'Ouro, Tinguá, Vila de Cava e Jaceruba.

A trajetória histórica de Jaceruba influenciou significativamente o seu atual tecido social. As grandes propriedades, como fazendas e engenhos que existiam na região, tiveram suas glebas divididas ao longo dos anos, levando ao surgimento de novas unidades com cultivos diversificados. Com a falência de fazendas, que empregavam um grande número de trabalhadores, as propriedades foram fracionadas em sítios e chácaras menores. Os trabalhadores,

sem emprego, permaneceram na região, tomando posse das terras e vivendo de cultivos de subsistência. Essa conjuntura deu origem à agricultura familiar na região, e hoje essas áreas são reconhecidas como assentamentos, integrando uma grande parte da composição populacional do bairro. Um entrevistado relata que:

[...] as próprias pessoas que trabalhavam nessa fazenda foram ficando por aqui. E acabou que foram tomar posse da terra. Os produtores ficaram aqui. Teve uma resistência e tudo mais. Tentaram desmobilizar essas pessoas. Mas a gente conseguiu se mobilizar. Conseguimos ser encarados como um assentamento. Conseguimos um título de assentamento. E hoje estamos aqui com essa relação com a terra (A3).

Esses acontecimentos resultaram em vestígios de materiais, como infraestruturas e ruínas, que carregam significados históricos e contribuem para a compreensão da história da região. Alguns dos casos identificados foi a igreja, popularmente conhecida como igreja São Pedro (Figura 2). Sua fundação é tão antiga que não há registros documentais, o que inviabilizou seu reconhecimento como patrimônio material pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A construção das captações de água, localizadas atualmente dentro da Rebio Tinguá, resultou em importantes patrimônios históricos no território. Entre eles, destaca-se a ponte de ferro (Figura 2), construída para a passagem da linha férrea, que hoje é tombada pelo IPHAN. Na região, ainda se apresentam as infraestruturas das estações ferroviárias em Rio D'Ouro, Vila de Cava, Tinguá e Jaceruba (Figura 2) que segundo um ator, *[...] o objetivo é que sejam centros de memória, denominados estações da cultura (A14)*. Sobre a possibilidade da reativação da linha férrea, outro entrevistado ressaltou que: *[...] traria o turismo como carro chefe e em segundo plano a produção de alimentos propriamente dita, além de garantir mais uma opção de transporte aos moradores que ficam ilhados quando as estradas são acometidas por fortes chuvas e ficam intransitáveis (A5)*.

Esses são apenas alguns dos patrimônios históricos e arquitetônicos presentes em Jaceruba, considerados como recursos específicos da CBST. Contudo, é preciso que esses atributos, monumentos e sítios históricos, passem pelo processo de valorização, bem como pelo reconhecimento da história local. Essas ações possibilitam, além do fortalecimento da identidade territorial, a incorporação do turismo como serviço relevante na região (Denardin et al., 2022).

Nesse sentido, embora a região tenha muitas ruínas de seu passado, não foram identificados guias ou sinalizações que possibilitem o conhecimento dessa história aos visitantes e à própria comunidade. Nesse aspecto, um ator local menciona que *[...] a sinalização das construções mais antigas como casas dos primeiros moradores poderia valorizar o ambiente, principalmente com ações de promoção de suas recuperações (obras, pinturas, jardinagem, etc.) (A5)*.

O território ainda enfrenta um desafio, pois muitos aspectos históricos

estão localizados dentro da Rebio Tinguá, uma área de acesso restrito por abrigar uma vasta diversidade ambiental à qual a própria comunidade não tem acesso. Um morador da região relata que [...] *dentro da floresta, existem algumas construções muito antigas, tipo, tem um casarão, tem estátuas, tem, da época de Dom Pedro que veio aqui, tem muita coisa pra ser explorada dentro da reserva que não é nem dita* (A3).

Denardin et al. (2022) destacam, em seu estudo sobre a dimensão natural do patrimônio territorial, a importância da identificação da geodiversidade da região, aspecto apresentado a seguir. Essa dimensão abrange recursos territoriais específicos relacionados ao meio ambiente, como a biodiversidade e a paisagem, que integram o efeito da CBST.

Jaceruba, inserida no bioma Mata Atlântica, abriga florestas de vasta biodiversidade e exuberância, sendo composta pela APA Jaceruba e pela Rebio Tinguá. Em razão do valor de sua fauna, flora, recursos hídricos e vestígios históricos da época do Brasil Império, a região da reserva é de acesso restrito e administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o objetivo de garantir sua preservação. Denota-se que essa região traz oportunidades de valor educacional, assim como de geração de renda para a comunidade através da oferta do serviço de turismo de forma sustentável, pois contempla uma paisagem exuberante, com diversidade ambiental e vestígios históricos importantes que contam parte da história do país.

Figura 2

Cenário de Jaceruba. I) cachoeira em Jaceruba. II) Ponte de Ferro. III) Igreja católica comunidade São Pedro. IV) estação férrea Jaceruba. V) Unidade de Tratamento de Água São Pedro (Jaceruba). VI) Nífa das Águas no reservatório de água em Jaceruba.



Tais atributos configuram elementos valiosos na promoção da CBST, uma vez que possibilitam a inserção do turismo como serviço comunitário e a atração de visitantes para região, favorecendo a dinamização da economia local por meio da comercialização de produtos regionais (Cazella et al., 2020).

Identificou-se o interesse da comunidade em prestar esse tipo de serviço, conforme expõe um ator: [...] *a gente teria que fazer algum tipo de curso preparatório para as próprias pessoas daqui poderem trabalhar como guias dentro da floresta* (A3). Ainda, um entrevistado menciona que:

[...] *a gente gostaria de ter oportunidade de futuramente, se houvesse uma intenção conjugada, de ter essa parte que já houve a degradação, de fazer o turismo, de a gente poder passar. E até um fator que traria muito mais conservação e preservação, você levando conhecimento a essas pessoas que poderiam estar entrando lá* (A14).

A topografia da Jaceruba oferece paisagens deslumbrantes, tornando o cenário ideal para a prática de esportes. Um exemplo é o ciclismo, que pode ser apreciado tanto pelas belas paisagens quanto pelos pontos históricos através de um roteiro sinalizado chamado “Circuito Histórico Jaceruba *Bike Tour*” que atrai muitas pessoas para a região. Nas montanhas também são populares atividades como *trekking* e rapel. Em Jaceruba, é comum a prática de motocross, com percursos que atravessam a estrada da polícia e adentram as florestas. Nas proximidades, encontra-se o Pico da Coragem, um impressionante maciço que abriga três rampas para a prática de voo livre.

Em relação à riqueza hídrica do bairro, é inestimável não só por sua beleza, mas também pela importância econômica. O recurso teve um valor histórico significativo através da construção das captações de água em Jaceruba (Figura 2), Rio D’ouro, Tinguá e Vila de Cava, conforme afirma um entrevistado:

[...] *Se não fosse as águas do Tinguá, se não fosse as águas que vêm de todos aqueles rios, Rio São Pedro, Rio Santo Antônio, todos aqueles rios que descem da Serra do Tinguá, no tempo do Império, [...], a cidade do Rio de Janeiro não teria sobrevivido, não seria o que é hoje* (A9).

As cachoeiras de Jaceruba (Figura 2), oriundas do rio São Pedro, cortam a maioria dos sítios da região. Essas cachoeiras também são significativas atrações turísticas, especialmente a localizada no final da estrada de Jaceruba, que atrai muitas pessoas durante as épocas de calor através do turismo de lazer. Além disso, a região possui forte vocação para o turismo religioso, onde igrejas realizam batismos nas águas da cachoeira ou preferem o local para encontros de oração aproveitando a distância da movimentação do centro urbano.

Um ator aponta a importância dessas migrações, afirmando que [...] *importante é que essas ações levam a Jaceruba visitantes e novos conhecedores de um local simples, porém carismático* [...] (A5). Contudo, essas atividades precisam ocorrer de forma organizada, oferecendo suporte tanto aos frequentadores quanto aos moradores, conforme reforça um ator [...] *o turismo já ocorre, mas ele não tem nenhum tipo de incentivo, as pessoas que vêm são as*

peessoas que conhecem, mas não tem essa disseminação do turismo aqui, é bem pouco (A3).

Em relação à sua geografia, o fato de estar cercada por uma cadeia de montanhas e ter acesso por uma estrada de terra de aproximadamente 10 km torna a região um vale, conferindo-lhe o diferencial do isolamento, conforme indica um ator, [...] não sei se isso pode ser o maior diferencial, mas é o isolamento [...] *é uma comunidade bem pequena e isolada (A3).* Tal característica é singular, pois possibilita vivenciar uma experiência rural em uma região metropolitana.

Com seu contexto da agricultura familiar, a região é propícia para o turismo de base comunitária, um ator local menciona o interesse de que [...] *as famílias com algum empreendimento pudessem fazer o dia de experiência e de vivência do campo (A14).* Denota-se, então, a possibilidade de trabalhar com pequenas propriedades na perspectiva de roteiros turísticos de agricultura familiar e agroecologia.

Jaceruba possui diversos atributos necessários para seu desenvolvimento no turismo rural. O vilarejo se destaca por ser um ambiente bucólico e acolhedor, devido ao afastamento e à hospitalidade de sua população. Contudo, a deficiência em infraestruturas, serviços públicos e empreendimentos para receber os turistas são entraves que dificultam o crescimento do turismo rural na região, conforme evidenciado pelo ator:

[...] para isso a gente teria que ter investimento em infraestrutura urbana, no sentido de vias, infraestrutura urbana não, infraestrutura, vias de acesso, comunicação, saneamento básico, são coisas que são bastante deficitárias lá naquela região, tanto para o lado de Japeri, quanto para o lado de Jaceruba (A7).

Quando se trata da dimensão produtiva de Jaceruba, grande parte da sua população está envolvida com a produção agrícola. O sistema agrário é predominante na região, conforme afirma um ator, *a principal atividade econômica da área de Jaceruba é a agricultura, percebida, aqui, enquanto setor econômico potencializado à empregabilidade e geração de renda (A8).* Nesse sentido, o estudo de Büttgenbender et al. (2022) orienta a análise da dimensão produtiva dos territórios, destacando a identificação de diversos aspectos, entre eles a descrição dos tipos de cultivos. Em relação às atividades, são consideradas a sustentabilidade ambiental, a inovação tecnológica, a capacidade de agregar valor aos produtos e o destino das produções, além de enfatizar os ativos específicos mobilizados e os recursos potenciais.

Sendo assim, o estudo revelou que, na região, encontram-se assentamentos rurais com famílias inseridas no contexto da agricultura familiar, desenvolvendo práticas agroecologicamente sustentáveis. A Figura 3 apresenta um sítio localizado em um assentamento em Jaceruba, no qual há cultivo orgânico e um sistema agroflorestal que configura um sistema produtivo agroecológico. O local possui construções de tanques para a criação de tilápias, um tipo de infraestrutura não encontrada na região e que, segundo o proprietário, foi uma confecção autoral. Iniciativas como essa, por se diferenciarem das prá-

ticas comuns, são consideradas inovações sociais no contexto da agricultura familiar (Denardin et al., 2022).

Por outro lado, constatou-se que a subsistência das famílias no campo é uma árdua tarefa devido às diversas dificuldades enfrentadas, conforme relata um ator: [...] os agricultores precisavam ser vistos. Entendeu? Eu tinha que ter uma assistência melhor. Apoio, gente. Assistência técnica. É técnica, dá um sentido. [...], ter um financiamento bom para comprar uma semente, comprar essas coisas que nada tem (A4).

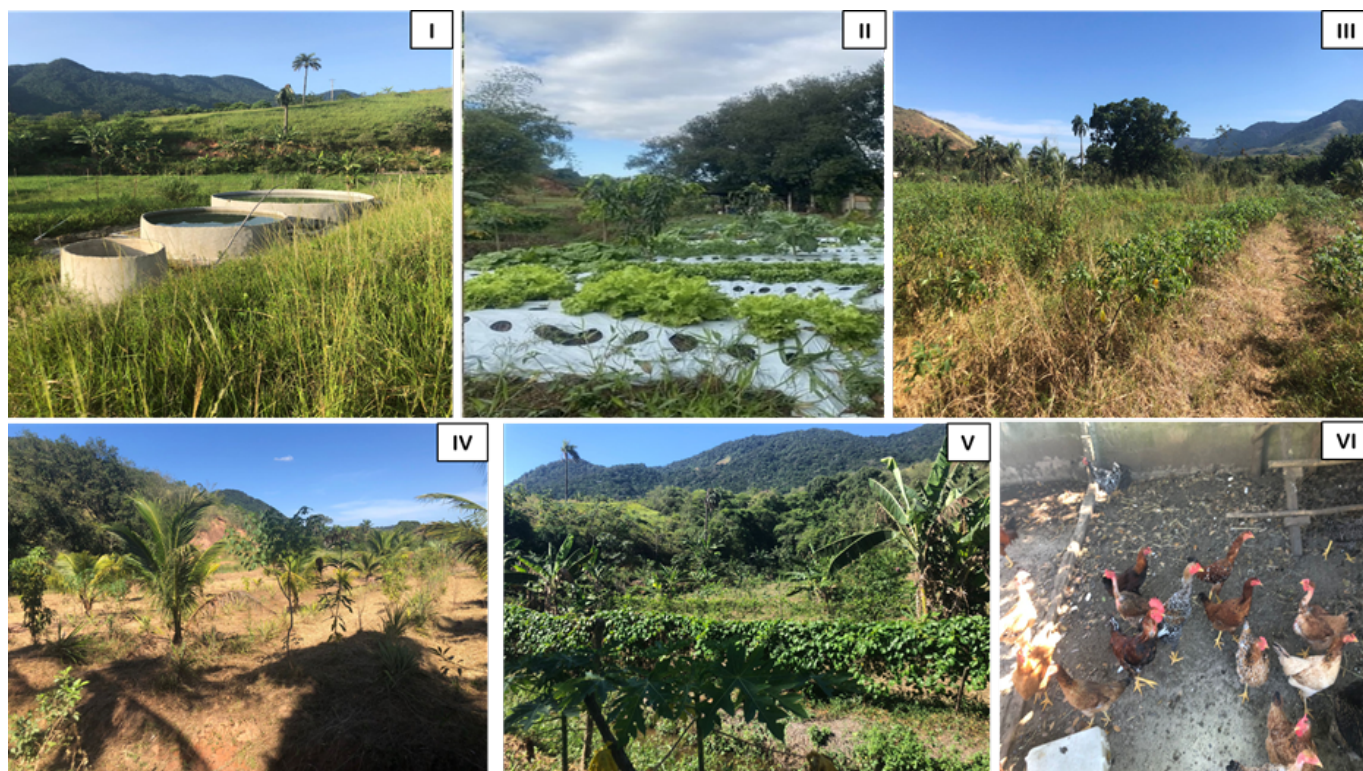
Em relação aos cultivos, identificou-se que a região possui cultivos diversificados, onde se destacando as produções de laranja, quiabo, jiló, milho, batata doce, goiaba e jaca. Além desses, Jaceruba, em conjunto com as regiões de Tinguá e o município de Japeri, possuem uma produção expressiva do aipim (Figura 4), amplamente reconhecida por sua qualidade e capacidade produtiva. Segundo um ator [...] todos os sítios têm pelo menos um pé de aipim, [...] que é o carro-chefe da região [aipim] (A3). Com o potencial deste cultivo no território, têm surgido movimentações de atores locais em prol do seu beneficiamento. Segundo um ator:

Estão sendo promovidas as iniciativas observadas no campo, entendendo que a comunidade tem uma vocação que demanda entendimento, compreensão, promoção e orientação. Assim, [...] a Indicação Geográfica da Mandioca de Japeri, [...] são exemplos de iniciativas comunitárias convergidas em políticas públicas (A8).

Identificou-se que o solo de Jaceruba possui propriedades únicas que o distinguem dos demais locais, isso permitiu que sua produção agrícola prosperasse com investimentos limitados devido ao seu desenvolvimento sobre um

Figura 3

Sítio em assentamento em Jaceruba. I) tanques com capacidade de produzir até 1 tonelada de tilápia a cada 6 meses. II) canteiros da horta com coentro, salsa, cebolinha, couve, alface, chicória, mostarda e espinafre (técnica mulching). III) cultivo de aipim com 1 ha plantado, normalmente rotacionado com milho. Também são plantados batata doce e maxixe para aproveitar o espaço já que o desenvolvimento é rasteiro. IV) cultivo de abacaxi, coco, manga e laranja, mandioca, jiló e quiabo. Culturas rotacionadas. V) cultivo de maracujá, pimenta, inhame, taioba e quiabo. VI) galinhas poedeiras, alimentadas com as sobras do que é produzido ou com produtos que não atingiram o padrão comercial. A produção é orgânica, os patos e os porcos seguem o mesmo perfil. Os ovos de pato são comercializados e os porcos vivos também.



lençol freático raso e com abundância de nutrientes. Tal característica evidencia o aipim de Jaceruba ser um produto específico, uma vez que seu solo fértil dispensa o uso de fertilizantes, permitindo um desenvolvimento natural que se reflete no sabor e na qualidade do produto. Ressalta-se que essa característica está em consonância com a questão norteadora de especificidade da CBST que é fazer diferente ou melhor do que os demais territórios (Pecqueur, 2005). A fertilidade diferenciada do território decorre do seguinte processo: [...] *as terras eram inundadas pelo rio Guandu em suas cheias e para construção da linha férrea foram drenadas, esse feito trazia à superfície sedimentos de matéria orgânica, que ao longo dos anos enriqueceu o solo da região* (A5).

A produção de aipim em Jaceruba constitui o produto líder da CBST, pois apresenta maior visibilidade no território e potencial para impulsionar outros produtos locais (Cazella et al., 2020). A forte vinculação ao território e reconhecimento, mobilizando atores na busca pela obtenção de uma IG, evidenciam um signo distintivo territorial (Dallabrida, 2023). O beneficiamento do aipim, entretanto, ainda ocorre de forma incipiente e artesanal, por meio de iniciativas individuais, seja na produção de farinhas (Figura 4), seja na comercialização do produto descascado e embalado a vácuo.

Já a produção de banana é menos difundida que o aipim, mas possui grande valor cultural devido à festa típica da localidade, a Festa da Banana

Figura 4

Produção de aipim em Jaceruba.



de Jaceruba, onde são produzidos doces e guloseimas da banana, além de ter sido identificada uma produção de cachaça artesanal de banana (Figura 5).

A região também apresenta criações de animais de pequeno e grande porte, sendo revelada uma produção incipiente de queijo frescal (Figura 5), que, segundo um ator, [...] *carece de unidades adequadas à legislação vigente e merece atenção para garantir uma produção com selo de qualidade* (A5). Além disso, a piscicultura ornamental, com seus produtos exportados, é uma referência, assim como a criação de rãs. A produção de mel (Figura 4) é vital para a sustentabilidade de algumas famílias e, no ponto de vista de um ator: [...] *merece mais atenção em termos de fomento e investimentos, especialmente por estar próxima da Reserva Biológica do Tinguá, com uma vegetação de mata Atlântica exuberante que garante flores e sabores para um mel de ótima qualidade* (A5).

Em relação ao escoamento das produções em Jaceruba, identificou-se que os agricultores têm diversificado seus cultivos para a inscrição no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, a comercialização dos produtos ocorre no circuito CEASA/Irajá ou através de rotas próprias estabelecidas pelos produtores para sacolões e feiras do Rio de Janeiro. Por vezes, para chegar a outros municípios, os cultivos são transportados em bolsas plásticas pelo ramal Japeri da

Figura 5

Produções orgânicas e artesanais locais. I) produção de leite e queijo frescal orgânico. II e III) produção de mel orgânico. IV) produção de cachaça da banana artesanal. V) produção de farinha de mandioca. VI) receitas autorais com farinha de mandioca.



Supervia. As feiras de Japeri, Queimados e Paracambi são pontos de vendas semanais das produções de Jaceruba.

A organização dos agricultores no escoamento de seus produtos, tanto na esfera privada quanto na associativa, constitui um elemento de governança territorial – um dos componentes fundamentais da CBST. Nesse mesmo sentido, os editais de aquisição de alimentos representam a atuação dos agentes públicos na promoção do desenvolvimento (Cazella et al., 2020). Os circuitos de vendas, ao se apoiarem nas redes de proximidade e confiança entre produtores e consumidores, estão em consonância com a estratégia proposta pela CBST, que defende a construção inicial de uma imagem específica no âmbito local (Campagne & Pecqueur, 2014).

Para os agricultores, identificou-se a importância do estabelecimento de um ponto de vendas para escoar seus cultivos. Diante disso, um agricultor faz a seguinte sugestão:

[...] A gente poderia ter um ponto, talvez, com a venda dos produtos de Jaceruba, concentrado já no ponto final do ônibus que é do lado da cachoeira, que é um lugar perfeito para a comunidade. O centro de Jaceruba é meio que histórico, as construções são muito antigas, tem um prédio que a farmácia ainda é escrito com PH, pra você ter uma noção, é muito antigo, e isso não é explorado, mas a gente poderia explorar de alguma forma (A3).

No bairro, percebe-se a escassez de empreendimentos gastronômicos com receitas oriundas dos cultivos locais. Contudo, a região apresenta um empreendimento local denominado “Bar do Gil”, situado na rua onde é realizada a Festa da Banana de Jaceruba, que se tornou um ponto turístico da região. O empreendimento transmite as características rurais da região através de receitas oriundas dos cultivos locais, sendo algumas delas autorais. Além disso, segundo um ator, o estabelecimento prioriza receber artistas locais e [...] *ficou famoso pelo torresmo de rolo (A2).*

Em relação ao patrimônio humano-intelectual de Jaceruba, verificou-se que, por se tratar de uma área predominantemente composta por famílias envolvidas na agricultura familiar, há a presença de saberes tradicionais agroecologicamente sustentáveis transmitidos ao longo das gerações. Instituições de ensino também podem introduzir conhecimentos e saberes na comunidade (Mueller et al., 2022), um exemplo disso ocorre na Escola Municipal de Jaceruba, que possui uma horta agroecológica utilizada com instrumento para aulas de educação ambiental, cujos cultivos são utilizados para a merenda escolar (Figura 6).

O projeto promove a sensibilização ambiental dos estudantes sobre alimentação saudável e preservação dos recursos naturais, além de estimular o sentimento de pertencimento local, aumentando a autoestima das crianças em pertencerem a famílias produtoras rurais. A disseminação desses saberes na educação básica permite que os alunos compartilhem seus conhecimentos entre as suas famílias.

O território de estudo apresenta importantes dinâmicas territoriais que

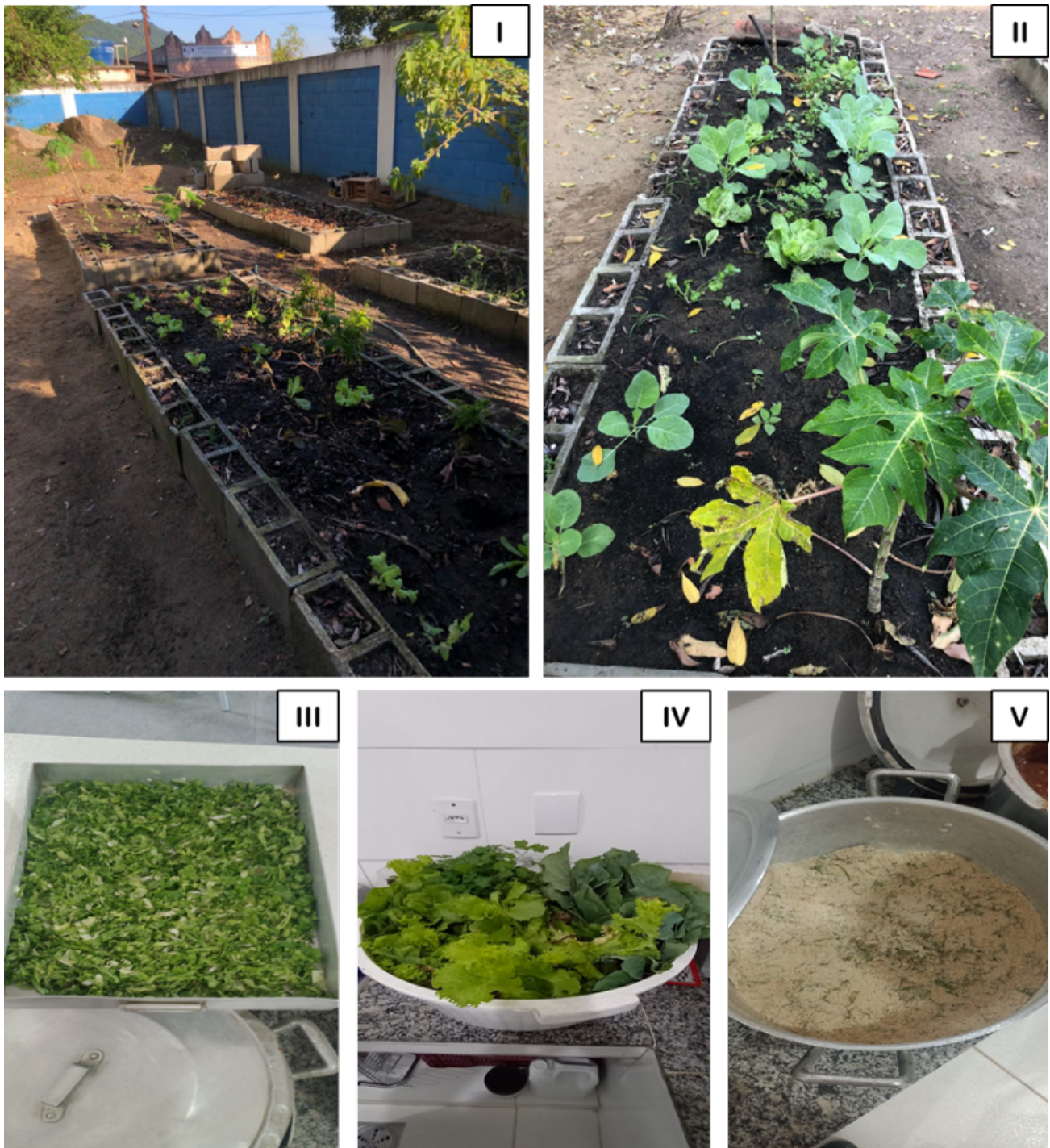


Figura 6
Horta agroecológica da Escola Municipal de Jaceruba. I e II) horta agroecológica. III, IV e V) merenda escolar.

surgiram da necessidade de visibilidade enquanto espaço para melhoria das condições econômicas da população, em que se destaca a Festa da Banana de Jaceruba. Segundo Carniello et al. (2022), fenômenos como esse contribuem para a sustentação das práticas que trazem identidade ao território, potencializando a articulação entre os atores sociais. O autor sugere uma análise qualitativa dessas manifestações culturais, saberes e fazeres apoiados ou não pelo poder público. Essa perspectiva remete à dimensão cultural do patrimônio territorial, na qual destaca-se a festa típica da comunidade.

A Festa da Banana de Jaceruba, ilustrada na Figura 7, teve seu início em 2005 e foi incorporada ao calendário oficial do município de Nova Iguaçu



Figura 7
Festa da banana em Jaceruba.
Fonte: disponibilizado pelo entrevistado (2024).

como uma festa cultural pela Lei nº 4.077/2011, ocorrida no mês de setembro no bairro de Jaceruba. Inicialmente, a festividade foi criada com o objetivo de atrair a atenção do poder público local em busca de melhorias de infraestrutura e serviços públicos. Adicionalmente, a celebração visa valorizar as produções locais e atrair turistas para a localidade.

Desde sua fundação, a festa popular tem contado com atores sociais fundamentais. Em conjunto com a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, as tomadas de decisões sobre a festa ocorrem em conjunto com [...] *a Associação de Produtores Rurais, a Escola Municipal de Jaceruba, a Associação de Moradores, o Bar do Gil e a Isis, que é uma das fundadoras da primeira festa* (A14).

A festividade possui um caráter rural, [...] *é uma festa de província* (A9), onde são realizados shows com artistas locais, contando com barraquinhas ornamentadas para venda de guloseimas à base de banana. Para o aperfeiçoamento da festa, a PMNI tem oferecido cursos de gastronomia à comunidade para realização de receitas diferenciadas com a banana. Alguns dos pratos oferecidos na festa são: bobó de banana verde, pastéis com banana, palmito em conserva do coração da banana, ketchup de banana e moqueca de banana.

Outra capacitação oferecida para o evento é o artesanato, em que são confeccionados porta-guardanapos, recipientes, cestos, tigelas e outros itens que utilizam a fibra de banana. O objetivo de divulgar esses conhecimentos é [...] *poder ampliar as possibilidades da exploração do produto para a comunidade, principalmente para as mulheres* (A11). Além disso, o intuito é de que essas produções ocorram de forma continuada pós-festa, possibilitando renda extra à comunidade.

Constatou-se que o evento tem grande importância econômica para sua comunidade. Segundo um ator, durante o período da festa, os agricultores conseguem obter maior rentabilidade devido ao aumento do número de visitantes na área:

[...] *De certa forma, a gente ganhou maior visibilidade [...], a gente ganha um capital muito grande, porque vem muita gente, a rua fica muito lotada. As vendas se estendem para além da região onde está localizada a festa [...]. Não só quem tem comércio, por exemplo, na porta da minha casa, a gente tem uma placa com tudo que a gente vende e, pô, aumenta muito, as pessoas parando pra querer comprar produtos, é algo muito bom* (A3).

No entanto, segundo os entrevistados, o evento precisa de melhorias, sendo a principal delas a melhoria das estradas. Também foram mencionadas a necessidade de melhor iluminação e a disponibilidade de transporte público durante a festa, aponta um ator [...] *então isso é o maior impeditivo, a questão da estrada, a questão da iluminação e a questão do transporte público também que não atende no período de festa* (A1). Outros pontos que necessitam de melhorias, conforme mencionado nas entrevistas, incluem a falta de opções de pousadas ou espaços adequados para hospedagem, a necessidade de maior segurança pública, especialmente à noite e em situações de emergência, além da falta de um centro de atendimento ao turista.

Quanto às formas de organização da sociedade civil que representam o patrimônio social (Rotta et al., 2022), não foram identificadas cooperativas ou agroindústrias formadas por agricultores da região voltadas ao benefício de suas produções. No entanto, a região apresenta organizações da sociedade civil como a Associação dos Moradores de Jaceruba (MOJA) e a Associação de Produtores Rurais de Jaceruba (ASSOJAP). Esses agentes associativos compõem a governança territorial de Jaceruba e têm papel fundamental na mobilização de atores a fim de beneficiar suas produções e valorizar seus produtos (Champagne & Pecqueur, 2014; Cazella et al., 2020). Um ator ressalta a importância da ASSOJA para a comunidade: [...] *foi um meio que a gente conseguiu aqui para reivindicar, além de alguns direitos, também conseguir cursos, conseguir insumos, conseguir empréstimos, esse tipo de coisa. Foi uma maneira de dar visibilidade aos produtores daqui* (A3).

A localidade tem recebido colaborações do poder público e de instituições privadas, promovendo os arranjos locais, trata-se da dimensão institucional do patrimônio de Jaceruba (Gumiero et al., 2022). A PMNI, além de se empenhar na realização da Festa da Banana em Jaceruba, por meio da estruturação do evento e capacitação dos produtores, oferece suporte aos produtores locais através do projeto Conexão Rural. Esse projeto visa fornecer informações aos territórios rurais, abrangendo desde o cadastramento no ambiente rural até a mediação de parcerias com autarquias como a EMATER. O município de Japeri, por sua proximidade com a região, também tem colaborado com os produtores de Jaceruba. Um exemplo disso é o Projeto Agroecológico Jaceruba, que vem ganhando corpo dentro da Associação de Moradores de Jaceruba.

Ainda em relação às colaborações com o bairro, cabe destacar o papel desempenhado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em seu campus de Nova Iguaçu. Em 2017, foi desenvolvido o projeto intitulado Observatório de Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde, com o objetivo de fomentar as atividades econômicas regionais da Baixada Fluminense, incluindo Jaceruba. São realizados mapeamentos, desenvolvidos projetos que [...] *têm o intuito realmente de potencializar as festas, de potencializar o artesanato, de potencializar a arte popular de todas as esferas da Baixada* (A10) e todas essas informações são entregues às prefeituras. Cabe ressaltar a importância das universidades na promoção do desenvolvimento das regiões, conforme aponta um ator: [...] *é por isso que a universidade é uma grande agregadora desse processo de transformação econômica das regiões. Porque ela forma pessoas, ela cria produtos, ela cria mapeamentos, ela cria possibilidades* (A12).

A Festa da Banana tem envolvido a atuação dos três pilares da governança territorial para sua realização. Os atores privados, moradores e empreendimentos locais, em conjunto com associações, articulam-se com a Prefeitura Municipal na organização do evento, contando ainda com o apoio da universidade. Articulados, esses atores mobilizam esforços para valorizar o recurso territorial específico representado pela festa. Como desdobramentos dessa

dinâmica, destacam-se a melhoria de infraestruturas e serviços públicos, a introdução de conhecimentos voltados à agregação de valor às produções locais e o aumento da produtividade agrícola. Esses resultados sugerem que ocorre na região o chamado efeito “cesta” (Cazella et al., 2020). Logo, evidencia-se o papel de uma festa local como catalisadora desse processo, aspecto que merece análise mais aprofundada.

5. Considerações finais

O estudo foi delimitado ao bairro de Jaceruba, localizado em Nova Iguaçu, um município periférico do Rio de Janeiro amplamente reconhecido pelos problemas de desigualdade social e violência urbana. Considerando a necessidade de abordagens territoriais que levem em conta os recursos e as sinergias dos atores sociais para um desenvolvimento sustentável, este estudo teve como objetivo usar o patrimônio territorial como referência. A proposta adotou uma abordagem qualitativa, inventariando as potencialidades do território através da percepção de seus atores por meio de entrevistas semiestruturadas. Para isso, aliou-se o enfoque da CBST.

Os resultados revelaram que Jaceruba possui como recurso específico o cultivo do aipim, cuja produção é fortemente vinculada ao território e reconhecida além das fronteiras locais, evidenciando-se a possibilidade de obtenção da Indicação Geográfica do aipim. Adicionalmente, foram reveladas outras especificidades que tornam a região diferenciada, como a agricultura familiar, os saberes agroecológicos, a fertilidade do solo, a produção orgânica, o isolamento, a hospitalidade rural, a biodiversidade e uma história peculiar atrelada ao Brasil Império. O arranjo desses atributos constrói a identidade local de Jaceruba, porém ainda é necessário passar por um processo de ativação.

A região possui excelentes oportunidades para estabelecer uma oferta de bens e serviços territoriais diferenciados, de qualidade e sustentáveis. Em relação aos produtos, constatou-se que é necessário agregar valor aos cultivos locais através de subprodutos, especialmente à base de banana, que é um símbolo cultural do território, e do aipim. Também foram descobertas produções incipientes, mas de grande valor, que necessitam de maior atenção do poder público, como a produção de queijo frescal, mel orgânico, farinhas de mandioca, cachaça artesanal, piscicultura ornamental e produção de rãs.

Em relação aos serviços, o cenário de Jaceruba, com suas paisagens exuberantes e arquiteturas históricas, favorece o desenvolvimento do turismo rural, em especial o turismo de base comunitária, e a prática de esportes. Ainda nesse sentido, destaca-se a Reserva Biológica do Tinguá que possui valor ambiental e histórico imensurável, estimulando também o processo de pertencimento local.

Constatou-se ainda que a Festa da Banana de Jaceruba é uma importante manifestação cultural, símbolo da resistência da comunidade na perpetuação de suas culturas e subsistência. As dinâmicas oriundas da festividade têm

possibilitado à comunidade atrair a atenção do poder público para melhorias no território e de turistas, aumentando a rentabilidade para os produtores e empreendimentos locais durante o evento.

Por fim, como elemento fundamental, identificaram-se os atores locais engajados em promover o desenvolvimento da região. Entre eles estão organizações da sociedade civil, como a MOJA e a ASSOJA, além de parcerias com o poder público de Nova Iguaçu e Japeri. Destaca-se também o projeto do Observatório de Lazer e Turismo Baixada Verde e a importância das universidades no processo de transformação das regiões em que estão inseridas.

A pesquisa se limitou ao número de entrevistados, evidenciando a vasta riqueza da região e suas inúmeras possibilidades não reveladas neste estudo. Através deste trabalho, identificou-se a necessidade de uma análise aprofundada de cada uma das dimensões do patrimônio territorial de Jaceruba, adotando uma abordagem também quantitativa, conforme prevê os guias metodológicos. Outro fenômeno a ser investigado é a relação das festas típicas do município de Nova Iguaçu com o seu desenvolvimento regional, bem como a verificação da possibilidade da IG do aipim para a Baixada Fluminense.

Percebe-se a necessidade de maior engajamento de universidades da região na realização de pesquisas voltadas a Jaceruba e seu entorno, assegurando que os projetos não permaneçam apenas no papel, mas que sejam efetivamente aplicados. Para isso, a criação de incubadoras sociais nas universidades configura-se como ferramenta estratégica, funcionando como ponte entre a sociedade civil e o poder público. Esses equipamentos trabalhariam na elaboração de dossiês da Baixada Fluminense, utilizando as abordagens do patrimônio territorial e da CBST através da pesquisa-ação, ferramentas fundamentais para propor ações de DS.

Agradecimentos

Ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) – Campus Nova Iguaçu pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa em prol do desenvolvimento da Baixada Fluminense e a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsas no decorrer do projeto.

Referências

- Angelo, E. R. B. (2015). Patrimônio cultural no século XXI: pessoas, lugares, histórias, memórias e identidades em Nova Iguaçu, RJ. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, 1–18.
- Angelo, E. R. B., & Fogaça, I. de F. (2020). Memória e cidade: patrimônio, cultura e história de Nova Iguaçu/RJ. *Cadernos CERU*, 31(2), 197–212. <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v31i2p197-212>

- Ayelén Suden, C. (2022). Paisaje cultural patrimonializado: conceptos y aportes sobre la base de áreas observadas en el área metropolitana de Mendoza, Argentina. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 20, 435–452. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2022.20.031>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Berdegúe, J., & Favareto, A. (2019). *Desarrollo territorial rural en América Latina y el Caribe*. FAO.
- Büttenbender, P. L., Bartoli, E., Menezes, E. C. de O., Zamberlan, C. O., Covas, A. M. A., & Henzel, M. E. (2022). Abordagem territorial do desenvolvimento: referências teórico-metodológicas da dimensão produtiva. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 18(1), 26–38. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6522>
- Campagne, P., & Pecqueur, B. (2014). *Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation*. ECLM.
- Cazella, A. A., Medeiros, M., Desconsi, C., Schneider, S., & Paula, L. G. N. de. (2020). O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16, 193–206.
- Carniello, M. F., dos Santos, M. J., & Máximo Pimenta, C. A. (2022). A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultural e seus componentes. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 18, 134–150. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6517>
- Castellanos, E. P., Casallas, E. D., Ávila, J. A. F., & Niño, F. A. P. (2024). Modelo para determinar la capacidad de representación de una marca territorial. *Revista Venezolana de Gerencia*, 29, 659–673. <https://doi.org/10.52080/rvgluz.29.106>
- Chelotti, M. C. (2010). Reterritorialização e identidade territorial. *Sociedade & Natureza*, 22.
- Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso futuro comum* (2a ed.). Fundação Getúlio Vargas.
- Covas, A. M. A., de Mendonça, M. D. M. C., & Dallabrida, V. R. (2019). Os signos distintivos territoriais e a smartificação do território. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, 24. <https://doi.org/10.1344/b3w.0.2019.27842>
- Dallabrida, V. R., Mueller, A. A., de Andrade, A. A. V., Carniello, M. F., Büttenbender, P. L., Gumiero, R. G., & de Oliveira Menezes, E. C. (2023). Índice multidimensional da ativação do patrimônio territorial. *Desenvolvimento em Questão*, 21(59), e14586. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.14586>
- Dallabrida, V. R. (2023). Signos distintivos territoriais e indicações geográficas. *Informe Gepec*, 27(2), 389–413. <https://doi.org/10.48075/igepec.v27i2.31161>
- Dallabrida, V. R. (2020). Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos. *Desenvolvimento em Questão*, 18(52), 12–32. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>
- Denardin, V. F., Alves, C. L. B., Cazella, A. A., Fett Júnior, N., & Lopes, P. R. (2022). Abordagem territorial do desenvolvimento: dimensão natural. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 18, 61–83.
- Favareto, A. S. (2023). Para uma abordagem territorial do desenvolvimento regional. *Guaju*, 9, 42–69. <https://doi.org/10.5380/guaju.v9i0.91740>
- Guazi, T. S. (2021). Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, 2, 1–20. <https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131>
- Gumiero, R. G., Dal Forno, M. A. R., Ruiz Pulpon, Á. R., Fuini, L. L., & Thesing, N. J. (2022). Abordagem territorial do desenvolvimento: dimensão institucional. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 18(1), 168–185.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *IBGE – Cidades: Nova Iguaçu (RJ)*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama>
- Meadows, D. L., Meadows, D. H., Randers, J., & Behrens, W. W. (1972). *Limites do crescimento*. Perspectiva.
- Menezes, A. D. S., & Mello, J. A. V. B. (2022). Expansão imobiliária e adensamento populacional. *Geografizando*, 18(2). <https://doi.org/10.24215/2346898Xe122>
- Menezes, A. D. S., Ribeiro Mello, A. J., Pereira Rodrigues, A. R., & Henriques Motta, W. (2024). Pasivos habitacionales y condiciones inadecuadas de vivienda. *Revista Geográfica de América Central*, 72, 79–105. <https://doi.org/10.15359/rgac.72-1.3>
- Minayo, M. C. D. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17, 621–626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>
- Mollard, A., & Pecqueur, B. (2007). De l’hypothèse au modèle du panier de biens. *Économie Rurale*, 300(4), 110–114.
- Mueller, A. A., Maia, C., Gazolla, M., da Silva, S., Lutzer, A., & Tabasco, J. (2022). Dimensão humana e intelectual do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 18(1). <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6519>
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*.
- Pecqueur, B. (2001). Qualité et développement territorial. *Économie Rurale*, 261(1), 37–49. <https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5217>
- Pecqueur, B. (2005). *Le développement territorial*. Université Joseph Fourier.
- Rotta, E., Teixeira, T., Covas, M., Andrade, A., & de Quadros, D. (2022). Dimensão social do desenvolvimento territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 18(1), 100–116. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6508>
- Santos, L. D. O., Freitas Silva, M. E. de, & Mello, J. A. V. B. (2025). Sustentabilidade em festivais regionais. *Chakiñan, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12482>
- Santos, M. (2002). O retorno do território. *Território: globalização e fragmentação*.
- Silva, E. P., & Angelo, E. R. B. (2016). Festas, turismo e identidade iguaçuana. *Anais do XVII Encontro Regional de História ANPUH-RIO*.
- Souza, L. M., Tecchio, A., Chechi, L. A., & Cazella, A. A. (2022). A marca territorial Sabor Serrano e a agroindústria familiar de base agroecológica na Serra Catarinense (Brasil). *Agrociencia Uruguay*, 26(nspe3), e949. <https://doi.org/10.31285/AGRO.26.949>
- Souza, M. de C. F. G., & Farias, F. (2023). Cesta de bens e serviços territoriais. *Revista Produção e Desenvolvimento*, 9(1), e671. <https://doi.org/10.32358/rpd.2023.v9.671>
- Souza, J. P. M., Chiodi, R. E., & Silveira Junior, W. J. D. (2023). Empreendimentos turísticos e agricultura familiar. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 21(1), 69–82. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2023.21.005>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve. *Temáticas*, 22(44), 203. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>